

DO ESTADO DA DEMOCRACIA

Discurso proferido em jantar-debate da Associação Cívica
Movimento de Intervenção e Cidadania da Região do Porto

Habitado a lidar com as questões colocadas pela História, no confortável distanciamento que a mesma proporciona, estou hoje confrontado com um desafio diferente, o qual me obriga a lidar com percepções recentes e, até, a elaborar sobre tendências políticas futuras.

É por demais evidente que o Estado da Democracia, em todo o mundo, é representável por uma tendência de crise e de retracção, bem perceptível nas estatísticas disponíveis. Em 2017, as democracias ainda constituíam mais de metade dos regimes políticos mundiais – 33% classificadas como democracias eleitorais e 21% como democracias liberais – sendo os restantes 46% atribuídos às autocracias. Em 2021, decorridos quatro anos, as democracias eleitorais desceram para 31% e as liberais para 19%.¹

Numa perspectiva mundial, se a segunda metade do século XX nos apresentara uma “guerra fria” que opunha a generalidade das democracias liberais ao bloco socialista liderado pela União Soviética, não estaremos muito longe de uma situação semelhante, opondo, agora, as democracias liberais a um crescente conjunto de movimentos de cariz iliberal ou claramente autocráticos.

Na União Europeia e na América do Norte, onde têm predominado os regimes de democracia liberal, a progressão eleitoral de partidos de inspiração iliberal e/ou de um populismo radical tem sido uma constante dos últimos anos. A receita para o sucesso desses movimentos provém de uma clara tendência para posições xenófobas, racistas e misóginas, e para um nacionalismo-cristão onde pontifica a acrisolada defesa dos costumes mais tradicionais. Para o efeito, agitam muitas vezes a trilogia *Deus-Pátria-Família* ou algo de semelhante, slógane de comprovado sucesso nos meios conservadores. As presidências de Donald Trump, nos EUA, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, contaram com um fortíssimo apoio das igrejas evangélicas, e, na Rússia, Vladimir Putin agregou ao regime político a Igreja Ortodoxa, contando com o visível apoio do patriarca Cirilo I. Do alto da sua alegada superioridade moral, fustigam a Europa Ocidental e as tendências liberais norte-americanas, destacando a decadência moral de sociedades onde «se celebram matrimónios gay e estão para legalizar a pedofilia», como bem ouvimos há três dias.

Esta onda conservadora e extremista tem permitido à Rússia, na última década, lançar mão de partidos da extrema-direita europeia e americana para aplicar uma bem-sucedida campanha política sobre o Ocidente, de que são exemplos principais a eleição de Trump nos EUA e a vitória do Brexit na Grã-Bretanha. Estamos recordados, certamente, de como Trump ficou entusiasmado com a saída da Grã-Bretanha na UE. É que, precisamente, a linha estratégica principal deste movimento tinha e tem como objectivo prioritário a desagregação da União Europeia, principal agremiação de democracias liberais. Putin, muito habilmente, apoiou materialmente diversos partidos de extrema-direita europeus, todos eles defendendo ideias contrárias à união e à moeda única. Deve referir-se que, sendo embora de extrema-direita a maior parte destes partidos políticos simpatizantes com Moscovo, a mesma simpatia também tem sido manifestada por algumas forças de extrema-esquerda, embora, naturalmente, por razões políticas distintas, isto é, já não por seguirem a mesma ideologia mas, sobretudo, por

¹ TAINO, Danilo, *Il braccio di ferro per la democrazia*, In *Corriere della Sera*, 01-02-2023.

partilharem o mesmo repúdio pelo significado estratégico do Ocidente e identificarem a democracia liberal como “regime oligárquico e elitista”, tal como afirmavam o nazi-fascismo e o bolchevismo nos anos 20 e 30 do século passado.

Certamente que teremos de nos interrogar acerca das razões do sucesso destes movimentos, que designamos genericamente por ‘extrema-direita’. Na maior parte das situações, predomina o MEDO, que, como lembrava o cardeal de Retz, *é o tipo de exaltação que mais enfraquece a razão*. O medo dos trabalhadores estrangeiros tem sido apontado como o impulso mais forte para a mobilização eleitoral dos partidos de extrema-direita, mas, uma vez atizada a exaltação das massas, é fácil orientar essa fúria contra o próprio regime democrático, especialmente em tempo de crises – finanças, pandemia, guerra, inflação –, como foram as que, contemporaneamente vivemos. Mais fácil, ainda, se torna essa mobilização quando são os próprios actores do regime democrático a originar situações de descrédito para a Democracia.

Entretanto, correndo numa pista paralela, surgiu nos EUA um fenómeno ou moda cultural que dá pelo nome de *wokismo* e que, orientando-se inicialmente para o combate à discriminação racial, se espalhou por outras realidades, presentes e passadas. Alardeando, uma vez mais, uma vincada superioridade moral, foi-se transformando numa modalidade de intervenção social e política, com cada vez maiores contornos de intolerância, com uma preocupante inclinação para o policiamento das ideias, a estigmatização de outras correntes de pensamento e o cancelamento de registos históricos. As personalidades que intervêm na afirmação deste movimento são frequentemente – se não mesmo na sua totalidade – figuras conotadas com correntes de pensamento de esquerda. Como as ideias defendidas colidem, muitas vezes de forma estrondosa, com a história ou com os padrões culturais dominantes nas democracias ocidentais, o reaccionarismo daí resultante torna-se num precioso dinamizador do recrutamento da extrema-direita, fornecendo a esta a honrosa missão de defesa dos pergaminhos da Nação. No que, diga-se, muitas vezes é deixada sem a companhia de outras forças políticas.

A acção visível da extrema-direita e o proselitismo frequentemente tonto do *wokismo* são, depois, convenientemente ampliados e animados por outro fenómeno do nosso tempo – as redes sociais –, possibilitando este cenário de abundância de notícias que, fatalmente, conduz à desinformação.

Todas estas tendências estão já a interagir na democracia portuguesa, com as variações expectáveis, tendo em atenção o nosso passado e as características do nosso povo. Classificada internacionalmente como “democracia com falhas”, é sobretudo na aplicação da Justiça e na reduzida participação dos cidadãos na actividade política que a democracia portuguesa tem que melhorar.

A ideologia de extrema-direita encontra-se corporizada no partido Chega e, até ao momento, tanto as eleições de 2022 como as sondagens mais recentes apontam para a continuidade da sua expansão. António Barreto, em artigo no *Público* de 4 de Fevereiro², escrevia, com assinalável propriedade, que “nunca se viu um partido ganhar tanto fazendo tão pouco”. De facto, com a difusão que vão tendo os “casos e casinhos” que envolvem o governo e as autarquias locais, e, com a lentidão da Justiça, ao Chega é mais do que suficiente poder zurzir quem está no poder, sem necessitar de apresentar soluções para a governação do país. Já todos percebemos que a principal argumentação do Chega anda à volta de um cenário de repressão, com a promessa de exemplares punições a aplicar a todos quantos classifica de malignos e de destruidores da Nação.

² BARRETO, António, *A morte do Parlamento*.

No plano internacional, apesar das visíveis ligações que mantém com os seus congéneres europeus, o Chega não se atreveu a adoptar uma posição de algum modo simpática para com a invasão da Ucrânia, como se poderia esperar de admiradores de Salazar, também ele um reconhecido americanóphobo. Permito-me especular sobre se tal atitude não terá unicamente respeitado o princípio de não emparceirar com o PCP em tão controverso tema. Além de que o processo de maturação do Chega se encontra bastante atrasado, quando comparado com outras formações europeias de extrema-direita, que já acederam ao poder ou estão prestes a fazê-lo.

Na extremidade esquerda do nosso espectro partidário, decorre, desde há quase duas décadas, um processo de adaptação a novas realidades, nas quais o entusiasmo pela democracia liberal nunca foi uma evidência. José Pacheco Pereira, em artigo recentemente publicado na revista *Sábado*³, alerta para as sacudidas de índole cultural patrocinadas, sobretudo, pelo Bloco de Esquerda, sublinhando:

A ascensão de um ambiente iliberal no plano político faz-se também na evolução que as chamadas “causas fracturantes” têm tido, para uma atitude censória, controladora, agressiva e igualmente antidemocrática. A guerra cultural que estão a conduzir a pretexto da vitimização real das minorias de género, do racismo e da condição feminina deslassa a qualidade democrática fundamental da igualdade das pessoas em democracia. [...] A guerra cultural “fracturante” cria “outros”, do mesmo modo que o discurso do Chega faz com os ciganos, emigrantes, negros, mulheres.

Na acção dos partidos que se assumem como praticantes do modelo de democracia liberal parece vir a acentuar-se a diminuição de qualidade dos seus principais dirigentes. Já não é só a preparação política que está em causa. Por vezes, fica a sensação de uma surpreendente escassez de senso comum, tal a tendência para errar em decisões e julgamentos diante de situações aparentemente simples.

Enquanto os governos em exercício se envolvem frequentemente nas suas insuficiências, as oposições – especialmente o principal partido da oposição – têm a infeliz propensão para darem como certo que, mais tarde ou mais cedo, o poder lhe cairá no regaço, seguindo aquela máxima que assevera serem os governos que perdem as eleições. Esta atitude, essencialmente mandriona, se não inviabiliza a alternância, afoga completamente a ideia de alternativa, porque raramente se sabe o que a oposição faria, nesta ou naquela circunstância difícil, se estivesse no poder.

O debate político, que deveria ocorrer essencialmente na Assembleia da República e nas campanhas eleitorais, não pára de nos surpreender pelas suas ausências. A Europa encontra-se em guerra, uma guerra que, estando aparentemente localizada na Ucrânia, pode inopinadamente alastrar a outras partes do Continente, envolvendo directamente Portugal, devido aos compromissos no âmbito da NATO. As Forças Armadas, que, felizmente, não constituem uma ameaça para a democracia, constituem, sim, uma ameaça para a nossa independência, tão abandonadas se encontram há dezenas de anos. Subdimensionadas em pessoal e miseravelmente equipadas para uma guerra de alta intensidade, nem agora, no actual cenário de guerra, merecem qualquer programa de urgente restauração. Nem, tão-pouco, algum sobressalto cívico comparável ao provocado pela demissão de um qualquer secretário de Estado.

³ PEREIRA, José P., *Guerra*, Sábado, Edição de 2 a 8 de Fevereiro de 2023.

Por último, importa fazer uma referência ao estado anímico dos portugueses. A Democracia, assentando em pressupostos essencialmente racionais, não pode prescindir da vertente emocional que nos agrega debaixo de uma só bandeira. O *wokismo* – felizmente ainda pouco presente na nossa sociedade – terá sempre a tendência para desqualificar essa componente emocional, uma vez que procura argumentar de forma aparentemente racional. Ainda recentemente, o cançonetista Dino d’Santiago veio defender a necessidade de o Hino Nacional ser substituído por um outro com uma letra menos bélica. Aqui está um exemplo da incompreensão que resulta da procura da racionalidade, quando o que está em causa é a emoção. Nem vos peço para imaginarem uma letra de Hino Nacional racional, porque iam engasgar-se na primeira estrofe. O que é preocupante em todas estas tentativas de retocar o passado é a percepção, muitas vezes correcta, de que semelhantes iniciativas têm origem nos meios da esquerda política. Escusado será dizer quanto essa percepção alimenta a vozearia de extrema-direita, dando-lhe a possibilidade de defender causas que – contrariamente ao racismo e ao desprezo pelos ciganos – têm um amplo apoio, por parecerem decentes. Estou convicto de que seria um dia doloroso para a maioria dos portugueses aquele em que víssemos o Chega a defender a perenidade de Camões, Vieira e Pessoa. Já depois da Revolução de Abril, Eduardo Lourenço vislumbrou muito bem este perigo, deixando-nos este alerta, com o qual termino a minha intervenção:

Hipnotizada pelo puro combate ideológico [...] a revolução [de Abril] descurou em excesso o *sentimento nacional*, deixando à futura direita, após a cómoda hibernação que lhe ofereceu, a sua exaltada e frenética exploração. É verdade que os valores de "pátria", "patriotismo", "sentimento nacional", pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela esquerda. É um erro funesto. Nenhuma revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos.⁴

David Martelo – Porto, 24 de Fevereiro de 2023

⁴ LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, p. 65.